

PERFIL DE PROJETO (PP)

BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Título do projeto:	PROCIDADES: Londrina. Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Londrina.									
Número do Projeto:	BR-L1094									
Equipe de Projeto:	Mario Durán-Ortiz (IFD/FMM); Chefe de Equipe; Luciano Campelo Bornholdt (VPS/ESG); Mónica Merlo (FMP/CBR), Marília Santos (FMP/CBR); Cristina Celeste Marzo (LEG/SGO); Edison Bidone; Rodrigo Speziali; Marisa Teixeira; Analice Lober; Raúl Cisternas; Raúl Ramos; José de A. Rodrigues; Marcílio Neves; e Pollyane Alves, Consultores (FMM/CBR); e Ida M. Fernández (IFD/FMM).									
Mutuário:	Município de Londrina									
Órgão executor:	Município de Londrina									
Fiador:	República Federativa do Brasil									
Plano de financiamento:	<table><tr><td>BID: (CO)</td><td>US\$</td><td>21,45 milhões</td></tr><tr><td>Local</td><td>US\$</td><td>21,45 milhões</td></tr><tr><td>Total</td><td>US\$</td><td>42,90 milhões</td></tr></table>	BID: (CO)	US\$	21,45 milhões	Local	US\$	21,45 milhões	Total	US\$	42,90 milhões
BID: (CO)	US\$	21,45 milhões								
Local	US\$	21,45 milhões								
Total	US\$	42,90 milhões								
Salvaguardas:	Políticas identificadas: OP-703 ¹ , OP-710, OP-102 Categoria: B									

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

A. Situação do Município

- 2.1 O Município de Londrina está localizado no norte do Estado do Paraná, a 377,7 km da capital Curitiba. Ocupa uma área de 1.653 km², sendo que sua zona urbana compreende uma área de 164,3 km² além de uma zona de expansão de 80,6 km². A sua população em 2010 era de 506.701 habitantes, 97% na área urbana e é a segunda cidade mais populosa do Paraná. O Produto Interno Bruto (PIB) de Londrina atingiu R\$8,9 bilhões em 2009, apresentando um crescimento de 102% desde 2002². A atividade econômica em Londrina tem participação relativa de 0,26% no PIB nacional, ocupando o 51º lugar no ranking dos 5.564 municípios brasileiros. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000 é de 0,824, o que o coloca acima do IDH nacional (0,699) e do Paraná (0,787).

B. Características do desenvolvimento urbano e principais problemas

- 2.2 Londrina é um importante pólo de desenvolvimento regional, exercendo influência direta sobre mais de 800 mil pessoas em sua Região Metropolitana. No entanto, a cidade sofre os impactos dessa condição representados pelas demandas de infraestrutura e serviços associados ao processo de urbanização, as ameaças ao meio

¹ OP-703: B1, B2, B3, B5, B6, B7, B17.

² IBGE (2010).

ambiente, a pressão sobre o sistema viário, a deterioração de sua área central e as limitações orçamentárias para fazer frente a esses problemas.

- 2.3 **Situação Ambiental dos Fundos de Vale.** Os problemas ambientais mais graves do município se referem às ameaças às Áreas de Preservação Permanente (APP) que protegem os seus inúmeros cursos de água, conhecidos como “fundos de vale”. Devido ao rápido crescimento populacional e à expansão da cidade, os fundos de vale sofrem problemas como: (i) ocupações por habitações irregulares sujeitos a riscos de enchentes e deslizamentos; (ii) contaminação dos cursos da água; e (iii) problemas de saúde da população residente derivados da utilização de águas contaminadas para uso doméstico e lazer. Dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Londrina (2010) mostram que existem 3.510 domicílios irregulares situados nos fundos de vale. Muitos deles já estão sendo desocupados e as famílias realocadas para habitações do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. No entanto, a Prefeitura Municipal de Londrina (PML) não conta com recursos para continuar com o processo de realocação e a recuperação destas áreas. Além dos fundos de vale, o Município conta com uma importante área verde, com mais de 40 afluentes de água, conhecida como Parque Linear do Ribeirão Cambé. Esta área está sob a ameaça de ocupação irregular e, portanto, requer investimentos para a sua recuperação e requalificação urbana.
- 2.4 **Mobilidade e Transporte.** Devido ao rápido crescimento da cidade e de sua frota, com 313.216 veículos registrados até 2011, apresentando um crescimento de 78% desde 2002³, o sistema viário de Londrina sofre com problemas de engarrafamento e segurança viária, especialmente nas horas de pico. O problema afeta particularmente o sistema de transporte coletivo, reduzindo a velocidade média das viagens ao centro da cidade. Vários pontos de circulação encontram-se subdimensionados ou deteriorados e necessitam de investimentos para sua recuperação. Tais intervenções em pontos críticos visam garantir maior qualidade, fluidez e segurança na malha viária da cidade. Uma das alternativas para melhorar a circulação na cidade é estimular o transporte não motorizado. A cidade tem uma rede de ciclovias de 11,5 km e a PML está procurando ampliar esta rede para atender a demanda e oferecer alternativas de transporte à população. Com financiamento do Ministério do Turismo, encontram-se em implantação 10 km de ciclovias, a um custo de R\$1 milhão. Deste valor, 40% serão para a construção de ciclovias em áreas de lazer e outros 60% para ciclistas trabalhadores. De acordo com a última pesquisa de mobilidade em Londrina, 36% das pessoas utilizam transporte coletivo, 34% utilizam veículos particulares, 24% se deslocam a pé e 6% utilizam a bicicleta como meio de transporte. Outra pesquisa⁴ identificou uma grande receptividade para utilização da bicicleta, onde 56% das pessoas que utilizam veículo particular, 40% dos que utilizam ônibus e 59% dos pedestres entrevistados optariam por esta alternativa de transporte caso houvesse um sistema cicloviário mais extenso. Atualmente, o uso da bicicleta ocorre principalmente de forma compartilhada com o elevado fluxo de veículos sujeitando os ciclistas a situações de conflito e acidentes.

³ Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) 2011. Londrina atingiu uma taxa de motorização de 579 veículos por 1.000 habitantes em 2010, enquanto a taxa média nacional do Brasil nesse ano foi de 340 veículos/1.000 habitantes.

⁴ Pesquisa sobre Transporte Não-motorizado Realizado por bicicleta na Cidade de Londrina - IPPUL (2006).

- 2.5 **Situação do Centro da Cidade.** O centro da cidade concentra 99% do patrimônio arquitetônico inventariado do Município. Caracteriza-se pela forte verticalização dos imóveis e concentração das principais atividades de comércio e serviços. Ao longo dos anos, devido ao surgimento de novas áreas de maior atratividade para fins habitacionais, o centro passou por um processo de esvaziamento e desvalorização dos imóveis residenciais, o que levou à crescente redução do perfil sócio-econômico da sua população residente. Esta situação resultou no início de um processo de redução da atividade econômica, deterioração dos imóveis, degradação dos espaços públicos e o surgimento de problemas de segurança. No entanto, a área central se mantém ainda como o principal pólo de negócios e circulação de pessoas, e a PML visa reverter esses processos através de investimentos para revitalizar a área central e recuperar seu dinamismo.
- 2.6 **Gestão Municipal.** O Município possui experiência na gestão de programas financiados pelo governo estadual e federal. No âmbito de projetos urbanos, a PML conta com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUL) formado por um corpo técnico preparado para o desenho e execução de projetos. O Município conta com um Plano Diretor atualizado, mas devido ao rápido crescimento da cidade, este precisa ser complementado com planos atualizados de macrodrenagem e de mobilidade.
- 2.7 **Situação Fiscal.** No período de 2002-2010 o Município recebeu apoio do Programa de Modernização Administrativa e Tributária (PAMT⁵) para melhorar o atendimento aos contribuintes e a fiscalização tributária, renovar os equipamentos, e capacitar os servidores da área fiscal. Como resultado destas ações, a arrecadação tributária registrou uma taxa média de acréscimo anual de 23% no período de 2002/2008. Porém, uma maior arrecadação tributária é requerida para viabilizar os investimentos necessários para atender os problemas gerados pela rápida expansão da cidade e garantir a sustentabilidade nos novos investimentos e a infraestrutura pública existente. O cadastro tributário da PML precisa ser complementado com um cadastro multi-finalitário georeferenciado, que integre as informações geradas pelos distintos órgãos da administração municipal, e permita uma gestão fiscal mais eficiente.
- C. Estratégia do Município e do Programa**
- 2.8 O programa apoiará a municipalidade na implementação de sua política urbana, em particular as metas expressas no seu Plano Diretor mediante: (i) ações que promovam o desenvolvimento urbano equilibrado, visando garantir a ocupação do território de forma sustentável; (ii) melhorias na circulação viária e incentivos ao uso de modos de transporte não motorizado; e (iii) revitalização econômica e proteção do patrimônio cultural da área central da cidade. Para dar sustentabilidade a este processo, se apoiará o incremento da capacidade de gestão fiscal, de planejamento sectorial e de gestão ambiental do governo municipal.
- 2.9 A operação responde a duas das prioridades estratégicas estabelecidas no GCI-9: redução da pobreza e aumento da equidade; e adaptação à mudança climática.

⁵ Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Também responde a três das metas de desenvolvimento regional: infraestrutura para a competitividade e o bem-estar social; proteção do meio ambiente e resposta à mudança climática; e instituições para o crescimento, ao contribuir à eficiência e sustentabilidade fiscal. A operação também se enquadra com quatro objetivos estratégicos da Estratégia de País (2012-14) para o Brasil (GN-2662), uma vez que contribuirá no âmbito municipal para: (i) melhorar as condições de infraestrutura; (ii) promover o desenvolvimento de cidades sustentáveis; (iii) melhorar a capacidade institucional da PML no âmbito fiscal; (iv) melhoria da sustentabilidade ambiental e ações de adaptação à mudança climática.

D. Objetivo e resultados esperados

- 2.10 **Objetivos:** O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento urbano sustentável de Londrina através da recuperação ambiental das áreas degradadas dos fundos de vale, da melhora da mobilidade urbana, da revitalização da área urbana central, e da melhora da gestão fiscal e urbanística do governo local.
- 2.11 **Componente I. Recuperação e requalificação ambiental⁶ (US\$16,4 milhões).** Busca recuperar as áreas degradadas nas margens de rios e córregos situados nos fundos de vale, e recuperar o Parque Ribeirão Cambé. Neste componente serão financiados: (i) a realocação e provisão de unidades habitacionais básicas para 368 famílias de baixa renda que atualmente moram irregularmente nos fundos de vale; (ii) a recuperação e requalificação de 196.600 m² de fundos de vale; e (iii) a recuperação de 80 km das margens do Parque Linear do Ribeirão Cambé. Os resultados esperados deste componente são: diminuição de ocupações irregulares nas áreas de intervenção, aumento das áreas verdes e de lazer do município, diminuição de risco de enchentes, e estabilização de solo nas APPs.
- 2.12 **Componente II. Mobilidade Urbana (US\$10,4 milhões).** Busca contribuir para a melhoria da mobilidade urbana mediante: (i) o tratamento de pontos críticos do sistema viário com vistas a reduzir os tempos de viagem em trechos de alta circulação e presença de transporte público coletivo e (ii) o financiamento de novas ciclovias que facilitem o deslocamento da população, principalmente de baixa renda. Concretamente, se financiarão: 36,5 km de ciclovias; adequação geométrica de 7 pontos de tráfego; 1,5 km de duplicação viária; 12 km de pavimentação asfáltica e 48 km de recapeamento de vias públicas. Os resultados esperados incluem: redução de tempos de viagem na área central, redução de acidentes de tráfego, e incremento de viagens por modos não motorizados.
- 2.13 **Componente III. Revitalização da Área Central (US\$5,4 milhões).** Busca revitalizar o centro da cidade de Londrina, melhorando suas condições urbanísticas e de infraestrutura. Serão financiadas as seguintes ações: (i) a restauração de três edifícios de valor patrimonial histórico - Museu de Arte, Espaço Cultural/Casa de Criança, e Biblioteca Pública/Teatro Zaqueu de Melo; (ii) a recuperação de aproximadamente 1,37 km de extensão do calçadão central; e (iii) a revitalização da rua Sergipe. Os resultados da revitalização da área central serão medidos pela

⁶ Requalificação ambiental é o conjunto de atividades que visam melhorar uma zona pública a nível urbanístico, ambiental e paisagístico.

valorização imobiliária dos prédios localizados no centro da cidade e pelo incremento da atividade econômica na área central.

- 2.14 **Componente IV. Modernização da Gestão Municipal (US\$10,7 milhões).** Busca melhorar o desempenho fiscal, a capacidade de gestão de planejamento urbano e setorial do município. Financiará: (i) o estabelecimento de um sistema de informações geográficas, incluindo a integração do cadastro multi-finalitário e a modernização da rede de dados da PML; e (ii) a elaboração dos Planos Diretores de Macrodrenagem e de Mobilidade e Transporte. Os resultados previstos são: aumento de receita municipal e investimentos de acordo com os planos setoriais.

III. TEMAS DE PROJETO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 Os aspectos relevantes para a preparação do Programa consistem na preparação e avaliação dos projetos básicos e executivos dos componentes I, II e III. Especialmente importantes são os aspectos ambientais associados ao Componente I que visa a um uso sustentável dos fundos de vale e Parque Ribeirão Cambé.
- 3.2 O Programa cumpre com os requisitos do mecanismo creditício PROCIDADES (BR-L1043), e foi desenhado com base na experiência do Banco nos Programas Paraná Urbano I e II e nos 12 Programas PROCIDADES em execução. Estas lições incluem: (i) dispor, desde o início da execução, dos projetos da amostra em nível executivo, de forma a evitar atrasos na fase de implementação; e (ii) ter um acompanhamento do Banco em todo o ciclo de projeto.

IV. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SALVAGUARDAS AMBIENTAIS

- 4.1 **Avaliação institucional.** Durante a preparação do programa será analisada a capacidade fiduciária da PML, incluindo a verificação de sistemas de gestão financeira, o ambiente de controle, fiscalização e monitoramento. Esta análise resultará em um plano de supervisão e acordos fiduciários para a operação.
- 4.2 De acordo com a Política de Meio Ambiente e Salvaguardas (OP-703), o Programa foi classificado como categoria B. A Estratégia Ambiental e Social do Programa se inclui no Anexo III e já foi elaborada uma primeira versão do Relatório de Avaliação Ambiental (RAA). O RAA, em sua versão preliminar, incluiu um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), em cumprimento às políticas do Banco (OP-703, OP-102, OP-710). Em geral, as intervenções previstas no Programa são: (i) de impacto ambiental negativo temporário, sobretudo na fase de obras; e (ii) de melhoramento da qualidade do meio ambiente nos fundos de vale e cursos de água.

V. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 5.1 Os Anexos V apresentam o cronograma de trabalho e os custos preliminares do programa. A distribuição da Proposta para o Desenvolvimento da Operação ao Comitê de Revisão de Qualidade e Risco está prevista para 14 de setembro; e a aprovação da Minuta da Proposta de Empréstimo por parte do Comitê de Políticas Operativas para 31 de outubro de 2012. Um montante estimado de US\$88.890 será necessário para completar o processo de preparação da operação.

Anexo I

Este anexo fue extraído por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the PP (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	URBAN DEVELOPMENT AND HOUSING-INTEGRATED URBAN DEVELOPMENT	
	Type of Operation	Investment Loan	
	Additional Operation Details		
	Investment Checklist	Urban Development	
	Team Leader	Eguino, Huascar (HUASCARE@iadb.org)	
	Project Title	PROCIDADES - Londrina	
	Project Number	BR-L1094	
	Safeguard Screening Assessor(s)	Eguino, Huascar (HUASCARE@iadb.org)	
	Assessment Date	2012-01-24	
	Additional Comments		
SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Type of Operation	Loan Operation	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	Potential disruption to people's livelihoods living in the project's area of influence (not limited to involuntary displacement, also see Resettlement Policy.)	(B.01) Resettlement Policy– OP-710
		The Bank will make available to the public the relevant Project documents.	(B.01) Access to Information Policy– OP-102
		The operation is in compliance with environmental, specific women's rights, gender, and indigenous laws and regulations of the country where the operation is being implemented (including national obligations established under ratified Multilateral Environmental Agreements).	(B.02)
		The operation (including associated facilities) is screened and classified according to their potential environmental impacts.	(B.03)
		An Environmental Assessment is required.	(B.05)
		Consultations with affected parties will be performed equitably and inclusively with the views of all stakeholders taken into account, including in particular: (a) equal participation of women and men, (b) socio-culturally appropriate participation of indigenous peoples and (c) mechanisms for equitable participation by vulnerable groups.	(B.06)
		The Bank will monitor the executing agency/borrower's compliance with all safeguard requirements stipulated in the loan agreement and project operating or credit regulations.	(B.07)
		Suitable safeguard provisions for procurement of goods and services in Bank financed projects may be incorporated into project-specific loan agreements, operating regulations and bidding documents, as appropriate, to ensure environmentally responsible procurement.	(B.17)
	Potential Safeguard Policy Items(?)	No potential issues identified	
Recommended Action:	Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.		
Additional Comments:			
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Eguino, Huascar (HUASCARE@iadb.org)	
	Title:		
	Date:	2012-01-24	

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the PP (or equivalent) and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	IDB Sector		URBAN DEVELOPMENT AND HOUSING-INTEGRATED URBAN DEVELOPMENT	
	Type of Operation		Investment Loan	
	Additional Operation Details			
	Country		BRAZIL	
	Project Status			
	Investment Checklist		Urban Development	
	Team Leader		Eguino, Huascar (HUASCARE@iadb.org)	
	Project Title		PROCIDADES - Londrina	
	Project Number		BR-L1094	
	Safeguard Screening Assessor(s)		Eguino, Huascar (HUASCARE@iadb.org)	
	Assessment Date		2012-01-24	
	Additional Comments			
PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: B	Override Rating:	Override Justification:	
	Conditions/ Recommendations		Comments:	
		<ul style="list-style-type: none"> • Category "B" operations require an environmental analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements). • The Project Team must send to ESR the PP (or equivalent) containing the Environmental and Social Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) as well as the Safeguard Policy Filter and Safeguard Screening Form Reports. • These operations will normally require an environmental and/or social impact analysis, according to, and focusing on, the specific issues identified in the screening process, and an environmental and social management plan (ESMP). However, these operations should also establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.) where necessary. 		
SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks		Potential Solutions	
	<p>The project will or may require involuntary resettlement and/or economic displacement of a minor to moderate nature (as a result of urban renewal, barrio clearance, road widening or similar activities) and does not affect indigenous peoples or other vulnerable land based groups.</p>		<p>Develop Resettlement Plan (RP):The borrower should be required to develop a simple RP that could be part of the ESMP and demonstrates the following attributes: (a) successful engagement with affected parties via a process of Community Participation; (b) mechanisms for delivery of compensation in a timely and efficient fashion; (c) budgeting and internal capacity (within borrower's organization) to monitor and manage resettlement activities as necessary over the course of the project; and (d) if needed, a grievance mechanism for resettled people. Depending on the financial product, the RP should be referenced in legal documentation (covenants, conditions of disbursement, project completion tests etc.), require regular (bi-annual or annual) reporting and independent review of implementation.</p>	
<p>One of the main objectives of the project is to move people from unhealthy and/or high risk areas. Project does not affect Indigenous Peoples or other traditional land based groups and the executing agency has experience of this type of project</p>		<p>Develop Resettlement Plan (RP): Where large numbers of people are affected the project is required to develop a RP or Resettlement Framework (as part of the ESMP) that demonstrates the following attributes: (a) detailed socio-economic survey and baseline of the affected households and groups or procedures to prepare such surveys; (b) successful engagement with affected parties via a process of Community Participation; (c) mechanisms for delivery of compensation in a timely and efficient fashion; (d) a livelihoods restoration program; (e) budgeting and internal capacity (within borrower's organization) to monitor and manage resettlement activities as necessary over the course of the project; and (f) a grievance mechanism for resettled people. Depending on the financial product, the RP should be referenced in legal documentation (covenants, conditions of disbursement, credit and operating regulations, project completion tests, etc.), require regular (quarterly, bi-annual or annual) reporting and independent review of implementation, including participatory monitoring.</p>		
ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:		Eguino, Huascar (HUASCARE@iadb.org)	
	Title:			
	Date:		2012-01-24	

ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

I. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- 1.1 O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento urbano sustentável de Londrina através da recuperação ambiental das áreas degradadas dos fundos de vale, da melhora da mobilidade urbana, da revitalização da área urbana central, e da melhora da gestão fiscal, ambiental e urbanística do governo municipal. Os Componentes do Programa são: Componente I. Recuperação e revitalização ambiental dos fundos de vales; Componente II. Mobilidade urbana; Componente III. Revitalização da Área Central; e Componente IV. Modernização da Gestão Municipal.
- a. **Componente I. Recuperação e requalificação ambiental.** O objetivo específico deste componente é recuperar as áreas degradadas nas margens de rios e córregos situados nos fundos de vale, e recuperar o Parque Ribeirão Cambé. Neste componente serão financiados: (i) a realocação e provisão de unidades habitacionais básicas para 368 famílias de baixa renda que atualmente moram irregularmente nos fundos de vale; (ii) a recuperação e requalificação de 196.600 m² de fundos de vale; e (iii) a recuperação de 80 km das margens do Parque Linear do Ribeirão Cambé. Os resultados esperados deste componente são: diminuição de ocupações irregulares nas áreas de intervenção, aumento das áreas verdes e de lazer do município, diminuição de risco de enchentes, e estabilização de solo nas APPs.
 - b. **Componente II. Mobilidade Urbana.** O objetivo deste componente é contribuir para a melhoria da mobilidade urbana mediante: (i) o tratamento de pontos críticos do sistema viário com vistas a reduzir os tempos de viagem em trechos de alta circulação e presença de transporte público coletivo e (ii) o financiamento de novas ciclovias que facilitem o deslocamento da população, principalmente de baixa renda. Concretamente, se financiarão: 36,5 km de ciclovias; adequação geométrica de 7 pontos de tráfego; 1,5 km de duplicação viária; 12 km de pavimentação asfáltica e 48 km de recapeamento de vias públicas. Os resultados esperados incluem: redução de tempos de viagem na área central, redução de acidentes de tráfego, e incremento de viagens por modos não motorizados.
 - c. **Componente III. Revitalização da Área Central.** O objetivo deste componente é revitalizar o centro da cidade de Londrina, melhorando suas condições urbanísticas e de infraestrutura. Mediante este componente se financiarão: (i) revitalização de áreas verdes do Centro Histórico; (ii) a restauração de três edifícios de valor patrimonial histórico incluindo o Museu de Arte, Espaço Cultural/Casa de Criança, e Biblioteca Pública/Zaqueu de Melo; (iii) a recuperação de 1.37 Km de extensão de calçada central; e (iv) a revitalização da rua Sergipe. Os principais resultados pretendidos com este componente são: (i) a valorização imobiliária dos prédios localizados no centro da cidade; e (ii) o incremento de novos investimentos privados na área de intervenção.

- d. **Componente IV. Modernização da Gestão Municipal.** O objetivo deste componente é melhorar o desempenho fiscal da Prefeitura, a capacidade de gestão de planejamento urbano e setorial do município. O componente financiará: (i) a implantação do Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo na Prefeitura para todos os órgãos que necessitem de acesso ao banco de dados para as tomadas de decisões (inicialmente priorizando a integração do cadastro multi-finalitário já existente); (ii) a modernização da rede de dados da Prefeitura; (iii) a Elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem Urbana de Londrina; e (iv) a Elaboração do Plano Diretor de Mobilidade e Transporte de Londrina. Os principais resultados esperados com a implantação deste componente são: (i) aumento da receita de IPTU e ITBI; (ii) criação de banco de dados, informações e indicadores para a gestão municipal e suporte para as tomadas de decisões; (iii) organização e facilitação de acesso ao banco de dados da Prefeitura; e (iv) planejamento e investimentos de acordo com os planos setoriais de drenagem das águas pluviais, de transporte e da mobilidade urbana.
- 1.2 Para o desenho do Programa estão sendo desenvolvidos projetos executivos orçamentos detalhados e a documentação necessária ao licenciamento ambiental dos projetos, onde são utilizadas normas técnicas vigentes no país e já são incorporadas premissas sócio-ambientais.

II. CONTEXTO LEGAL E INSTITUCIONAL

- 2.1 Há conformidade entre o pretendido pelo Programa com a legislação de interesse, contemplando os diferentes aspectos legais incidentes sobre o processo de gestão do espaço urbano de Londrina, considerando o que tenha sido expedido pelos níveis federativos envolvidos, sobretudo a União (Constituição Federal, Estatuto da Cidade, Política Nacional do Meio Ambiente, Política Nacional dos Recursos Hídricos, Código Florestal etc.) e o Município. Com relação a este último, as intervenções previstas pelo Programa constam do Plano Diretor Participativo do Município de Londrina-PDPML – LEI Nº 10.637, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008, portanto, em plena vigência. Cumpre ressaltar que o Plano Diretor é o principal instrumento político e de organização para o desenvolvimento sustentável da cidade.
- 2.2 O Programa está sendo preparado considerando as diretrizes operacionais contidas nas políticas e salvaguardas do BID OP-703, OP-710 e OP-102.

III. CONTEXTO AMBIENTAL E SOCIAL

- 3.1 A população municipal é de 506.701 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do Paraná. Destes, 493.520 concentram-se na área urbana¹. A densidade demográfica do Município é de 306 hab/km². A taxa de crescimento populacional no Município de Londrina nas décadas de 80 (2,4% a.a.), 90 (1,8% a.a.) e 2000 (1,3% a.a.) ficou acima da verificada para o Estado do Paraná. O Produto Interno Bruto de Londrina atingiu a marca de R\$8,9 bilhões em 2009, apresentando um crescimento de 102% desde 2002², ocupando o 51º

¹ IBGE (Censo 2010).

² IBGE (2010).

lugar no ranking dos 5.564 municípios brasileiros. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é 0,824, 10ª posição entre os 399 municípios do Estado e acima do IDH nacional (0,699) e do Paraná (0,787).³ Destaca-se como um centro em desenvolvimento de negócios, tecnologia, pesquisa, e saúde, sendo uma importante referência educacional a nível nacional e internacional.

- 3.2 O Município de Londrina possui sete micro bacias. Na área urbana existem 84 cursos d'água, sob os mais diversos tipos de degradação e ocupação. Destacam-se as bacias do Ribeirão Cambé, que forma o parque linear do Igapó, e o Ribeirão Cafezal. Este último compõe o sistema de captação de água para abastecimento público, responsável por 40% da água captada pelo município. Os outros 60 % são captados diretamente do rio Tibagi. (i) Londrina está compreendida entre as cotas 360 metros e 860 metros. As menores altitudes estão localizadas nas planícies de inundação dos principais cursos hídricos; (ii) as áreas com inclinações acima de 30% perfazem um total de 2% da área municipal. Estas áreas encontram-se principalmente nos vales mais encaixados ao longo dos cursos hídricos; e (iii) a precipitação média total anual é de 1.588mm, onde o mês mais chuvoso é dezembro (média de 207,8 mm) e o mês menos chuvoso é agosto (média de 49,9 mm). A temperatura média anual é de 21°C, a maior temperatura no mês de janeiro (média de 23,9°C) e a menor nos meses de junho e julho (média de 16,9°C). e (v) a área verde mais significativa localizada no centro de Londrina é o Parque Igapó, na Região dos Lagos (Ribeirão Cambezinho – Igapó), com quatro lagos no Ribeirão Igapó. Da área urbana de Londrina (244 km²), 7 %, o equivalente a 20 km², está localizado em área de preservação permanente (APP) e os demais 93% da área urbana de Londrina (224 km²) não estão protegidos pela Lei nº 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro).
- 3.3 O uso intensivo do solo e falhas de planejamento e/ou de fiscalização na distribuição das atividades urbanas geram disfunções espaciais e ambientais que repercutem na qualidade de vida da população e atingem, na maioria das vezes, de forma mais intensa, a população de baixa renda, a qual, muitas vezes, sem acesso à moradia, passa a ocupar áreas impróprias para habitação, como por exemplo, as Áreas de Proteção Permanente (APP).
- 3.4 A velocidade do processo de urbanização, o crescimento da aglomeração urbana própria e no seu entorno, as ameaças ao meio ambiente como a ocupação de fundos de vale, a pressão sobre seu sistema viário, a deterioração do centro histórico, e as limitações orçamentárias são desafios a serem enfrentados.

³ Índice de Desenvolvimento Humano 2000 municipal segundo os municípios do Paraná (1991/2000).

IV. PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

- 4.1 Segundo a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703), o Programa pode ser classificado na categoria B, tendo em vista que os potenciais impactos negativos ambientais, sociais, e de saúde e segurança gerados pela operação, são predominantemente temporários, limitados à etapa de obras, e mitigáveis através de medidas dentro dos padrões normais de gestão ambiental, social, e de saúde e segurança, de aplicação corrente. Os potenciais impactos negativos ambientais, sociais, e de saúde e segurança, tais como poluição atmosférica, ruído, interferências com tráfego, potencial contaminação de solo e corpos receptores por resíduos sólidos e líquidos, eventuais supressões localizadas de vegetação e risco de acidentes ocupacionais nas obras, são de pequena a moderada intensidade e magnitude e serão mitigados com a aplicação de medidas de controle ambiental padrão.
- 4.2 Os impactos ambientais e sociais positivos serão bastante significativos. As ações contribuirão para reverter o atual quadro de deterioração ambiental e social, sobretudo nas áreas de intervenção de fundos de vales. Espera-se a melhoria das condições de saneamento e proteção ambiental, além da melhoria da capacidade administrativa e eficiência no uso dos investimentos municipais. Aspectos ambientais específicos relevantes, entre outros: melhoramento da segurança da população de áreas de risco geotécnico e de alagamentos, arborização de logradouros públicos, redução de poeira, gases e ruídos, na mobilidade urbana, e no incremento das áreas de lazer, melhoria na gestão ambiental municipal.
- 4.3 Os impactos sociais positivos mais significativos serão obtidos com a relocação de população retirada de áreas de risco em fundos de vale, vivendo em condições irregulares e insalubres. São famílias de baixa renda vivendo em moradias de padrão de qualidade inadequado e sem acesso a infraestrutura mínima necessária para a garantia de qualidade de vida em padrões aceitáveis. Os riscos associados ao processo de reassentamento podem ser monitorados e mitigados através de um Plano de Reassentamento (PDR), e a PML possui experiência na implementação deste tipo de plano.
- 4.4 É importante salientar que a perenização (sustentabilidade) dos benefícios das intervenções (investimentos) a serem realizadas no Componente 1, dependem, dentre outros aspectos: (i) qualidade da água, pontos-chave de entrada da drenagem pluvial (situação geral da macrodrenagem), idem esgoto (e do seu estado: tratado ou não), situação/localização geral de projetos de terraplenagem (condomínios, distritos industriais, obras públicas, atividades agropecuárias a montante das drenagens urbanas etc.); e (ii) capacidade institucional para recuperação de APP: viveiro público, pessoal qualificado, monitoramento e manutenção. A PML tem pleno conhecimento destes aspectos e da necessidade do seu tratamento nos projetos sendo elaborados para o Programa. Adicionalmente, é preciso reconhecer que estas questões devem ser tratadas de forma integrada com os demais aspectos envolvidos (urbanização, saneamento etc.). Por este motivo, é que a PML resolveu incluir no Componente 4 do Programa a Elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem Urbana de Londrina (incluindo a gestão de microbacias urbanas), previsto no Plano Diretor do Município.

- 4.5 **Reassentamento e Relocação.** Algumas obras do Componente 1 na recuperação de fundos de vale incluem remoção e realocação de população. Especificamente, para o subcomponente ação de remoção e reassentamento de aproximadamente 370 famílias que atualmente moram em áreas de risco.,A PML já atua em remoção de população em situação semelhante através da COHAB, cujos conceitos básicos, metodologia e execução das ações necessárias estão alinhados com a legislação federal, estadual e municipal para estes fins. A elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social no Município de Londrina – PLHIS-LD – diagnosticou demanda habitacional, déficit de produção habitacional para população de baixa renda e definiu diretrizes e objetivos para intervenções específicas nos Fundos de Vales Ocupados Irregularmente.
- 4.6 De acordo com a OP-710 e a partir do diagnóstico realizado nesta etapa de preparação do Programa, a equipe do Banco estabeleceu a necessidade de preparação de um Plano de Reassentamento Involuntário de população e atividades econômicas, elaborado em consonância com as diretrizes da OP-710.

V. ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL

- 5.1 A **Estratégia Ambiental e Social (EAS)** para a preparação e análise do Programa está baseada na verificação da implementação dos seguintes elementos: (i) a elaboração de um Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) adequado e satisfatório ao Banco, principalmente quanto à identificação dos potenciais impactos, proposta de medidas mitigatórias (escopo dos Critérios de Elegibilidade Sócio-Ambiental-CEA) e estruturação da gestão sócio-ambiental na UGP na forma de um Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS; (ii) um processo de consulta pública do RAA; (iii) a elaboração de um Plano de Reassentamento (PDR) para os projetos dos Componente 1 que impliquem na remoção de famílias e negócios; (iv) a obtenção das licenças ambientais aplicáveis de todas as obras financiadas; (v) incorporação de condicionantes ambientais e sociais aplicáveis, desde a etapa de desenho dos projetos/componentes, conforme definido nos CEA e no licenciamento ambiental; e (vi) fortalecimento da gestão ambiental municipal através de apoio à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- 5.2 **Relatório de Avaliação Ambiental (RAA).** Para garantir a viabilidade ambiental do Programa, a UGP está elaborando o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) que segue as diretrizes da política ambiental do Banco para os projetos classificados como de categoria B. Assim sendo, seguindo as diretrizes da OP-703, o RAA incluirá, entre outros: (i) uma descrição detalhada dos potenciais impactos ambientais e sociais positivos e negativos; (ii) descrição das ações tomadas para confirmar que os potenciais impactos e as medidas de mitigação correspondentes foram adequadamente analisadas; (iii) descrição do processo de consulta pública; (iv) identificação da capacidade institucional do município em relação à gestão ambiental e social da operação, e as propostas de atividades de reforço institucional; e (v) medidas para garantir a orientação na implantação, a supervisão, a fiscalização e o monitoramento dos aspectos e requerimentos ambientais e sociais (incluindo saúde e segurança laborais da operação), com a

identificação das responsabilidades, cronograma e orçamento (em acordo a B.7, OP-703).

- 5.3 **Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS).** O RAA inclui o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) que irá como um anexo à Proposta para o Desenvolvimento da Operação (POD). Entre outros aspectos, o PGAS apresenta a síntese das medidas, recomendações e condições necessárias para mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos que sejam consequência das obras e ações financiadas. O PGAS tem por principal função definir as medidas e os procedimentos de gestão dos aspectos ambientais e sociais a ser desenvolvida pela UGP do Programa (incluindo programas complementares, caso sejam requeridos) e, terá ações e custos definidos, conforme a OP-703.
- 5.4 **Consulta Pública.** A equipe de projeto do Banco também repassou junto às contrapartes locais os procedimentos referentes ao processo de divulgação e consulta pública necessária ao Programa nesta etapa de preparação. O RAA deverá ser apresentado ao público em geral de forma amplamente divulgada e posto à disposição da comunidade no sítio da PML, previamente à missão de análise. Para isto, o BID forneceu à PML uma série de indicações e recomendações para atender as políticas do BID OP-102 e OP-703 nestes aspectos.
- 5.5 **Licenciamento Ambiental.** O município foi orientado pelo BID a proceder ao licenciamento ambiental dos empreendimentos possíveis de causar danos ambientais, em acordo com a legislação vigente no país. Os licenciamentos ambientais emitidos em Londrina são de competência do Instituto Ambiental do Paraná – IAP, que é o órgão estadual do meio ambiente, vinculado a Secretaria Estadual do Ambiente.
- 5.6 **Indicadores:** Caso existam indicadores relevantes às atividades de meio ambiente, os mesmos constarão do PGAS e serão incluídos na Matriz de Resultados que acompanhará o POD.
- 5.7 **PDR – Plano de Reassentamento Involuntário –** a equipe do Banco informou a PML e COHAB sobre os procedimentos e etapas necessárias à elaboração de um PDR, de acordo à política do Banco, considerando todos os princípios aplicáveis. A COHAB já dispõe de diagnóstico e cadastro físico e socioeconômico do público alvo do remanejamento, bem como de áreas públicas disponíveis para produção habitacional. Os custos de construção e implantação das moradias não serão repassados às famílias e negócios afetados. O PDR será elaborado de acordo a essa orientação e submetido à aprovação do Banco antes da Missão de Análise.
- 5.8 **Acompanhamento Ambiental:** Durante a definição do arranjo institucional para execução do Programa será definida a forma de acompanhamento do PGAS. De toda forma, a equipe de projeto do Banco, direta ou indiretamente, através de consultores contratados, supervisionará o cumprimento do PGAS periodicamente, através de visitas de campo e/ou revisão de relatórios da UGP.

ÍNDICE DE ESTUDOS SETORIAIS

Estudos	Descrição	Datas 2012
Componente I. Recuperação requalificação ambiental		
1. Preparação e avaliação dos projetos da amostra do Componente I	A. Elaboração de projetos executivos e orçamentos para a recuperação de cinco dos 19 fundos de vale e urbanização de áreas para a realocação de 368 famílias. Cada projeto executivo deverá incluir: (i) projetos de urbanização dos loteamentos e construção das unidades habitacionais para as famílias beneficiárias; e (ii) intervenções para a recuperação ambiental dos fundos de vale desocupados. B. Projeto executivo para 5 dos 15 compartimentos em que se divide o projeto de recuperação e revitalização ambiental do Parque Linear Ribeirão Cambé.	15 de Agosto, 2012
2. Análise do custo dos projetos e viabilidade econômica	Avaliação econômica (custo/eficiência) dos projetos da amostra do Componente I.	31 de Agosto, 2012
3. Elaboração de planos de reassentamentos para cada área de intervenção	Elaboração do Plano de reassentamento involuntário das famílias e atividades econômicas.	15 de Agosto, 2012
4. Análise ambiental dos projetos do Componente I	Relatório de Avaliação Ambiental do Componente I.	15 de Agosto, 2012
5. Proposta de Indicadores do Componente I para Matriz de Resultados	Apresentação da Linha de Base e Indicadores de produto e resultado para o Componente I.	31 de Agosto, 2012
Componente II. Mobilidade Urbana		
6. Preparação e avaliação dos projetos da amostra do componente II	Elaboração de projetos executivos e orçamentos da amostra consistente em: dois projetos de ciclovias, quatro adequações viárias, e 25% dos projetos de pavimentação e capeamento asfáltico.	15 de Agosto, 2012
7. Análise do custo dos projetos e viabilidade econômica	Estudos de análise funcional e de avaliação econômica dos projetos selecionados da amostra do Componente II.	31 de Agosto, 2012
8. Análise ambiental dos projetos do Componente II	Relatório de Avaliação Ambiental do Componente II.	15 de Agosto, 2012
9. Proposta de Indicadores do Componente II para Matriz de Resultados	Apresentação da Linha de Base e Indicadores de produto e resultado para o Componente II.	31 de Agosto, 2012

Estudos	Descrição	Datas 2012
Componente III. Revitalização Área Central		
10. Preparação e avaliação dos projetos do Componente III	Elaboração de projetos executivos do Componente, incluindo a (i) revitalização de áreas verdes do Centro Histórico; (ii) a restauração de três edifícios históricos incluindo o Museu de Arte, Espaço Cultural/Casa de Criança, e Biblioteca Pública/Teatro Zaquie de Melo; e (iii) a recuperação de aproximadamente 1,37 km de extensão de Calçada Central.	15 de Agosto, 2012
11. Análise do custo dos projetos e viabilidade econômica	Avaliação econômica dos projetos do Componente III e plano de sustentabilidade para os Edifícios Históricos.	15 de Agosto, 2012
12. Análise ambiental dos projetos do Componente III	Relatório de Avaliação Ambiental do Componente III.	15 de Agosto, 2012
13. Proposta de Indicadores do Componente III para Matriz de Resultados	Apresentação da Linha de Base e Indicadores de produto e resultado para o Componente III.	31 de Agosto, 2012
Componente IV. Modernização da Gestão Municipal		
14. Elaboração de Proposta de Componente IV de Modernização da Gestão Municipal	A. Proposta do componente incluindo justificativa e TdR para as seguintes atividades: (i) o estabelecimento de um sistema de informações geográficas incluindo a integração do cadastro multi-finalitário e a modernização da rede de dados da Prefeitura; (ii) a elaboração do Plano de Macrodrenagem Urbana de Londrina e do Plano Diretor de Mobilidade e Transporte de Londrina. B. Proposta de Linha de Base e Matriz de Produtos e Resultados para o Componente IV.	15 de Agosto, 2012
Outros estudos		
15. Avaliação dos aspectos financeiros e administrativos	Informe final de viabilidade institucional e financeira, incluindo: (i) avaliação fiduciária; (ii) gestão administrativa e de aquisições; (iii) aspectos de controle interno e externo; e (iv) avaliação institucional.	31 de Agosto, 2012
16. Execução e Desembolsos	Elaboração de Cronograma de Execução e Desembolsos.	15 de Agosto, 2012
17. Esquema de Execução	Proposta de estrutura e funções da unidade executora e custos correspondentes.	15 de Agosto, 2012
18. Custos do Programa	Elaboração de Quadro de Custos do Programa.	15 de Agosto, 2012
19. Aquisições	Plano de Aquisições para os 18 primeiros meses.	15 de Agosto, 2012

▪ **PRAZOS ACORDADOS NA MISSÃO ESPECIAL DE JUNHO 2012 –VER AJUDA MEMÓRIA.**

Anexo V

Este anexo fue extraído por ser confidencial.